

Análise multidimensional das privações em Espaços Solidários: evidências de Santana do Livramento/RS

Multidimensional analysis of deprivation in Solidarity Spaces: evidence from Santana do Livramento/RS

Alexandre Troian

Doutor em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Santa Maria, RS, Brasil

Alessandra Troian

Professora Associada na Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento, RS, Brasil

Sibele Vasconcelos de Oliveira

Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, Brasil

GT10. Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo: Inseridas no contexto das desigualdades socioeconômicas e da persistência da insegurança alimentar no Brasil, as iniciativas comunitárias, fundamentadas nos princípios da economia solidária, atuam na garantia do direito humano à alimentação. Entretanto, os Espaços Solidários enfrentam limitações estruturais e operacionais, que acabam por restringir suas atividades e a capacidade de atendimento ao público. O objetivo do estudo foi analisar as condições de privação em Espaços Solidários no município de Santana do Livramento. A partir de uma abordagem multidimensional, foi realizada uma adaptação do Método Alkire-Foster, que permitiu estimar a incidência e intensidade de privações, sendo os indicadores organizados em três dimensões analíticas: infraestrutura, gestão e qualidade alimentar. Os dados foram coletados por meio de questionários fechados, aplicados aos líderes e/ou gestores dos Espaços Solidários, no decorrer dos meses de junho e julho de 2025. A partir disso, foram calculadas as medidas sintéticas de privação, incluindo a proporção de unidades privadas (H), a intensidade média das privações (A) e o Índice de Privação Sintético (IPS). Os resultados indicam que 50% dos espaços analisados encontram-se em situação de privação multidimensional, com intensidade média de 22,4%, resultando em IPS de 11,2%. Apesar dos Espaços Solidários beneficiarem mais de 1.200 pessoas no município (jovens, idosos e famílias em vulnerabilidade), enfrentam limitações de gestão e operacionalização. Assim, o fortalecimento destes espaços requer maior articulação com políticas públicas e integração com sistemas alimentares locais.

Palavras-chave: Cozinhas Solidárias, vulnerabilidade, Método Alkire-Foster.

Abstract: Inserted in the context of socioeconomic inequalities and the persistence of food insecurity in Brazil, community initiatives, based on the principles of solidarity economy, serve to guarantee human rights in food. Meanwhile, the Solidarity Spaces face structural and operational limitations, which end up restricting their activities and capacity to serve the public. The objective of the study was to analyze the conditions of deprivation in Solidarity Spaces in the municipality of Santana do Livramento. From a multidimensional approach, an adaptation of the Alkire-Foster Method was carried out, which allowed estimating the incidence and intensity of deprivation, with the indicators organized in three analytical dimensions: infrastructure, management and food quality. The data collected by half of dated questionnaires, applied to the leaders and/or managers of the Solidarity Spaces, do not span two months from June to July 2025. From this, the data calculated the synthetic measures of deprivation, including the proportion of private units (H), the average intensity of deprivation (A) and the Index of Synthetic Privation (IPS). The results indicate that 50% of the analyzed spaces are in situations of multidimensional deprivation, with an average intensity of 22.4%, resulting in an IPS of 11.2%. Despite this, the Solidarity Spaces will benefit more than 1,200 people in the municipality (young, disabled and vulnerable families), facing management and operational limitations. Thus, the strengthening of these spaces requires greater articulation with public policies and integration with local food systems.

Keywords: Cozinhas Solidárias, vulnerability, Alkire-Foster Method.

1. Introdução

O Brasil integra o grupo das maiores economias do mundo e apresenta significativa diversidade territorial, econômica e sociocultural. Contudo, esse potencial convive com profundas desigualdades na distribuição de renda, oportunidades e acesso a direitos básicos. Nesse contexto, a persistência de privações sociais afeta diretamente as condições de vida de parcela expressiva da população, especialmente no que se refere ao acesso regular e adequado à alimentação (Maluf; Menezes; Valente, 1996; Belik, 2012). Tal cenário evidencia a contradição entre crescimento econômico e desenvolvimento social, uma vez que o acesso a alimentos de qualidade permanece limitado para grupos vulnerabilizados.

A insegurança alimentar e nutricional constitui um dos principais desafios sociais contemporâneos brasileiro, estando fortemente associada à dinâmica da desigualdade de renda (Jesus; Hoffmann; Miranda, 2024). Nessa perspectiva, o desenvolvimento econômico não pode ser dissociado da garantia de condições dignas de alimentação, sendo necessário considerar a segurança alimentar como um fenômeno multidimensional, que envolve disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade no consumo de alimentos (Belik, 2003; FAO, 2008).

O reconhecimento da alimentação como direito humano fundamental está presente em marcos internacionais e na Constituição Federal de 1988, consolidando o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). No Brasil, a construção do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) avançou significativamente a partir da década de 1990, incorporando dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais (Maluf, 2007; Belik, 2012). Dessa forma, o enfrentamento da fome exige abordagens integradas, capazes de articular políticas públicas, iniciativas territoriais e ações da sociedade civil.

Nesse contexto, emergem os chamados Espaços Solidários, iniciativas comunitárias baseadas nos princípios da economia solidária e do cooperativismo. De acordo com Singer (2008), a economia solidária caracteriza-se como um modo de produção fundamentado na autogestão, na cooperação e na igualdade entre os participantes, constituindo uma alternativa às formas tradicionais de organização econômica. Nessa perspectiva, os Espaços Solidários configuram-se como expressões concretas dessas práticas, promovendo o acesso à alimentação e, também, a inclusão social e o fortalecimento comunitário.

Os Espaços Solidários constituem-se como Tecnologias Sociais¹. Segundo Bello, Oliveira e Mascarello (2023), tais iniciativas articulam princípios de solidariedade, sustentabilidade e autonomia, sendo capazes de gerar impactos significativos na promoção da segurança alimentar e nutricional. Além disso, esses espaços desempenham papel relevante na construção de redes sociais e na ressignificação das relações comunitárias, configurando-se como ambientes de sociabilidade e apoio mútuo (Rizzolo; Madruga, 2022).

A expansão dessas iniciativas no Brasil está diretamente associada ao agravamento das condições socioeconômicas, especialmente em contextos de crise, como a pandemia de Covid-19. Dados da Rede PENSSAN (2022) indicam que a fome atingiu mais de 33 milhões de brasileiros, evidenciando a magnitude da insegurança alimentar no país. O aumento da pobreza e a retração da atuação estatal impulsionaram formas alternativas e comunitárias de combate à fome (BRASIL, 2025). No cenário de crise houve o fortalecimento de iniciativas da sociedade civil, como os Espaços Solidários, que passaram a desempenhar papel fundamental no atendimento emergencial às populações vulneráveis (Braga; Lima, 2024).

Ainda, tratando-se do estado gaúcho, as cheias ocorridas em 2024 impactou social, econômica e ambientalmente a população de 471 dos 497 municípios gaúchos (Formentin, 2024). Os Espaços Solidários, através das Cozinhas Solidárias e/ou Ponto Solidários, ganharam destaque como uma relevante “âncora emergencial” e espaços de articulação social. As iniciativas passaram a oferecer, diariamente, alimentação aos desabrigados (Caron; Rodrigues; Isoppo, 2024).

No plano institucional nacional, o reconhecimento dessas iniciativas foi consolidado por meio do Programa Cozinhas Solidárias, instituído pela Lei nº 14.628/2023 e regulamentado pelo Decreto nº 11.937/2024. O marco normativo define tais espaços como tecnologias sociais de base comunitária voltadas à produção e oferta de refeições adequadas e saudáveis, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2024). Tal reconhecimento reforça a importância das iniciativas no âmbito das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional nacional.

Em nível estadual, no Rio Grande do Sul, o Decreto nº 57.791/2024 amplia esse esforço ao estabelecer o reconhecimento oficial de diferentes espaços vinculados à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tais como Cozinhas Solidárias, bancos de alimentos, hortas comunitárias e bancos de sementes. A normativa possibilita a identificação e o

¹ Conforme Dagnino (2014), Tecnologia Social constitui um conceito abrangente que se refere a experiências desenvolvidas em interação com a comunidade, orientadas, sobretudo, à construção de soluções para problemas sociais, bem como à promoção do desenvolvimento e da inclusão social.

credenciamento de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e coletivos diversos — independentemente de formalização jurídica — que atuam na produção e distribuição de alimentos. Ao reconhecer institucionalmente esses atores, o Estado fortalece as redes locais de soberania e segurança alimentar, valorizando iniciativas que promovem práticas alimentares saudáveis e sustentáveis (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024).

No município de Santana do Livramento, localizado na metade Sul do RS, na fronteira entre Brasil e Uruguai, a dinâmica social das Entidades, Cozinhas Solidárias e Pontos Populares assumem características particulares e fundamentais. A economia local, historicamente baseada em atividades agropecuárias e no setor de serviços, apresenta limitações estruturais que impactam a geração de emprego e renda (Menezes; Feijó, 2008). Processos históricos, como o fechamento de unidades industriais, contribuíram para o aumento do desemprego e da vulnerabilidade social (Ahmad, 2023).

Apesar de apresentar indicadores econômicos agregados relativamente elevados, o município evidencia profundas desigualdades sociais. Embora o município tenha registrado, em 2023, um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 37.237,35 (IBGE, 2026), persistem expressivos contingentes populacionais em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em março de 2026, por exemplo, 6.785 famílias foram atendidas pelo Programa Bolsa Família, totalizando 18.023 pessoas beneficiadas (Brasil, 2026). Nesse contexto, os Espaços Solidários desempenham papel fundamental na garantia do direito à alimentação, especialmente para populações em situação de insegurança alimentar.

Entretanto, tais iniciativas são heterogêneas, estudos demonstram que os Espaços Solidários apresentam significativa diversidade em termos de estrutura, capacidade operacional e formas de organização (Lucas, 2024). Além disso, eles enfrentam desafios recorrentes, como escassez de recursos financeiros, limitações de infraestrutura, falta de equipamentos e dificuldades na gestão das atividades. Esses fatores evidenciam a necessidade de análises capazes de identificar as múltiplas dimensões que influenciam a dinâmica de funcionamento desses espaços.

Em Santana do Livramento existem 18 Espaços Solidários registrados junto ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), os quais apresentam perfis heterogêneos quanto ao tempo de funcionamento, aos serviços ofertados, ao público atendido, à frequência das atividades e ao acesso a políticas institucionais de fomento. As iniciativas se concentram em áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica, configurando-se como uma rede de apoio territorial baseada na solidariedade e no engajamento comunitário.

Ou seja, os Espaços Solidários no município se configuram como uma rede de apoio local, baseada na solidariedade de quem menos tem e mais se doa (Troian; Maciel; Rosa, 2025; Troian; Maciel; Pavão, 2025).

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as privações em Espaços Solidários no município de Santana do Livramento/RS, a partir de uma perspectiva multidimensional². Especificamente, busca-se identificar as principais dificuldades (estruturais, operacionais e de gestão) e averiguar os fatores que limitam o funcionamento desses espaços. Para tanto, foi utilizado o Método Alkire-Foster (Alkire; Foster, 2011), que possibilita a identificação simultânea de diferentes tipos de privações, permitindo uma análise integrada da incidência e da intensidade da privação.

A relevância da pesquisa reside em seu caráter inovador no contexto local, ao propor uma análise sistematizada das condições de funcionamento dos Espaços Solidários. Ao evidenciar suas fragilidades e potencialidades, o estudo contribui para o aprimoramento de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, bem como para o fortalecimento das redes comunitárias. Ademais, reforça-se o papel dessas iniciativas como instrumentos de promoção da justiça social, da inclusão e da garantia do direito humano à alimentação.

2. Espaços Solidários e o enfrentamento à fome em Santana do Livramento/RS

Os Espaços Solidários têm se apresentado como importantes tecnologias sociais, especialmente estratégicas para enfrentar a insegurança alimentar e nutricional. Ao fornecerem refeições aos mais vulneráveis, promoverem a inclusão social, o fortalecimento das comunidades periféricas e disseminarem valores democráticos, têm institucionalizado ações comunitárias e transformado a realidade social (Soares et al., 2025).

Soares et al. (2025), argumentam que os Espaços Solidários, em particular as Cozinhas Solidárias, Populares e Comunitárias (CS), são instrumentos fundamentais para a promoção da segurança alimentar e da justiça social no Brasil. Conforme destacam Dirani e Buonomo (2023), suas ações não estão restritas a distribuição de refeições, mas também compreendem mutirões de apoio jurídico, reforço escolar para crianças, alfabetização de jovens e adultos, cursos de formação/profissionalização, oficinas e rodas de conversa (Dirani; Buonomo, 2023).

² A pesquisa circunscreve-se no âmbito do do projeto *Nutrir cidadania, matar a fome: o papel das Cozinhas Solidárias na Redução da Insegurança Alimentar em Santana do Livramento/RS*, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/MCTI/FNDCT, Edital Universal, Chamada nº 44/2025.

Todavia, tais Espaços Solidários encararam uma série de desafios, dentre os quais, a falta de financiamento público/privado, a dependência de doações e descontinuidade de políticas governamentais (Soares et al., 2025). As dificuldades de cunho infraestrutural, gerencial e operacional comprometem a sustentabilidade e estabilidade das ações das CS ao longo do tempo.

Iamamoto et al. (2025), ao avaliarem dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, caracterizaram as Cozinhas Solidárias, Populares e Comunitárias (CS) do Brasil. Os autores identificaram que menos de 9% das CS recebem alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos. Além disso, a maioria das CS não tem infraestrutura de informática, com situações mais precárias percebidas na região Sul, onde 66,4% das CS não têm acesso a computador com internet. Além disso, 18,8% das CS do Norte e 20% das CS do Nordeste não possuem refrigerador (Iamamoto et al., 2025).

O mapeamento realizado por Iamamoto et al. (2025) indica que uma infraestrutura inadequada e o acesso limitado a programas públicos, como o PAA, implicam em desafios e oportunidades para fortalecer as ações das CS. Assim sendo, considera-se crucial a realização de levantamentos e estudos que possam melhor caracterizar os Espaços Solidários nas diferentes regiões do Brasil e, consequentemente, subsidiar o planejamento de políticas públicas de caráter intersetorial que os apoie (Iamamoto et al., 2025).

Neste sentido, evidencia-se que o Círculo de Estudos em Desenvolvimento e Ruralidades, vinculado à Universidade Federal do Pampa, vem realizando esforços de pesquisa em Santana do Livramento/RS, de modo a realizar o mapeamento de 18 Espaços Solidários atuantes no município. As iniciativas caracterizadas estão registradas junto ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul (COMSEA) e envolvem Entidades, Cozinhas Solidárias e um Ponto Popular. Troian, Maciel e Pavão (2025) ressaltam que os Espaços Solidários de Santana do Livramento têm perfis heterogêneos, tanto quando avaliados pelo tempo de funcionamento quanto pelas características dos serviços ofertados, público atendido, frequência de atuação e acesso a programas institucionais de fomento (Troian; Maciel; Pavão, 2025). O Quadro 1 apresenta uma síntese do perfil de atuação dos Espaços Solidários no município.

Quadro 1. Perfil dos Espaços Solidários de Santana do Livramento/RS

Espaço Solidário	Tempo de existência	Número de pessoas atendidas	Participação em programas institucionais
Associação Rosas de Ouro	22 anos	100	Cozinha Solidária do Governo

		Crianças e adolescentes	Federal (PAA)
Vila Nova	1 ano	40 Famílias	-
Cozinha do Wilson	6 anos	45 Famílias	Cozinha Solidária do Governo Federal (PAA)
Cozinha da Ironda	20 anos	60 Crianças	-
Clube de Mães Nossa Senhora	25 anos	30 Crianças	-
Creche Pai Sete	57 anos	30 Crianças	-
Cidade de Meninos	80 anos	65 Crianças	-
Creche Santa Elvira	68 anos	50 Crianças	Programa Mesa Brasil/Sesc
Projeto Tchê	27 anos	65 Crianças	Cozinha Solidária do Governo Federal (PAA)
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	61 anos	80 Pessoas	Programa Mesa Brasil/Sesc
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua	11 anos	180 Crianças e adolescentes	Programa Mesa Brasil/Sesc
Lar da Infância Daniel Albornoz	41 anos	20 Crianças	Programa Mesa Brasil/Sesc
Centro Beneficente Maria Abegahir	19 anos	80 Crianças	Cozinha Solidária do Governo Federal (PAA)
Conferência São Vicente de Paulo	85 anos	80 Crianças	Cozinha Solidária do Governo Federal (PAA)
Sociedade Internacional de Auxílio aos Necessitados (SIAN)	91 anos	70 Idosos	Programa Mesa Brasil/Sesc
Projeto Alegria e Canção	8 anos	50 Famílias	-
Cozinha Becão	20 anos	100 Famílias	-
Cozinha Centro Umbandista de Religiões Afro (Cura)	20 anos	30 Famílias	-
Cozinha Pai Marcos	5 anos	30 Famílias	-

Fonte: Adaptado de Troian, Maciel e Pavão (2025).

Crianças, adolescentes, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica são o principal público atendido pelos Espaços Solidários de Santana do Livramento/RS. Para além do preparo e oferta de refeições à população santanense, as CS de são responsáveis por um conjunto diverso de ações sociais. Em síntese, são ofertadas oficinas (Capoeira, Invernada, Jiu Jitsu, Dança Afro, Hip-hop, Futebol, Música, Informática, Espanhol, Artesanato, Costura, Sabão, entre outros), aulas de reforço escolar, campanha de vacinação, horta comunitária, atendimento médico (Fonoaudióloga, Fisioterapeuta e Psicóloga),

campanhas solidárias (doação de roupas, alimentos, materiais escolares, entre outros), entre outros (Troian; Maciel; Pavão, 2025).

Dez Espaços Solidários de Santana do Livramento contam com o apoio de programas institucionais, preponderantemente do Programa Mesa Brasil/Sesc e da Cozinha Solidária do Governo Federal (PAA). Tais programas permitem o abastecimento das cozinhas solidárias e o fortalecimento das parcerias com entidades locais, agricultores familiares, sociedade civil e poder público. Ainda assim, é perceptível que muitas Cozinhas Solidárias enfrentam restrições às suas operações, tendo em vista as dificuldades financeiras, de infraestrutura e gestão. Buscando identificar as privações das CS, o presente estudo propõe a estimativa de um Índice de Privação Sintético, sendo que na próxima seção são apresentados os procedimentos metodológicos adotados.

3. Metodologia

A pesquisa possui abordagem quantitativa, caráter exploratório e descritivo, realizada a partir do método Alkire-Foster. A abordagem quantitativa busca teorias objetivas para examinar relações entre variáveis (Creswell, 2021). Já o caráter exploratório tem o objetivo de gerar informações que auxiliarão na definição de situações do problema que o pesquisador está investigando (Hair et al., 2010).

O método Alkire-Foster, originalmente desenvolvido por Sabina Alkire e James Foster, foi adaptado à pesquisa, com o intuito de mensurar privações associadas ao funcionamento, à gestão e à qualidade dos serviços ofertados nesses espaços. A metodologia de Alkire-Foster fundamenta-se na identificação e agregação de privações, a partir de indicadores previamente definidos, combinando a incidência e a intensidade das privações. A incidência consiste na contagem do número de privações experimentadas por cada unidade de análise, permitindo a incorporação de variáveis binárias, ordinais ou categóricas. A segunda abordagem introduz medidas ajustadas que consideram a intensidade das privações, possibilitando uma análise mais refinada das condições de vulnerabilidade (Alkire; Foster, 2009).

Embora originalmente concebido para a mensuração da pobreza multidimensional, o método pode ser adaptado para diferentes contextos analíticos, como a avaliação de serviços e políticas públicas, permitindo identificar dimensões críticas e orientar intervenções. No presente estudo, a unidade de análise corresponde aos Espaços Solidários em funcionamento no município, sendo as informações obtidas por meio de aplicação de questionários estruturados. Foram aplicados questionários fechados, elaborados a partir da literatura sobre o

tema, aos 18 líderes e/ou gestores dos Espaços Solidários registrados junto ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA), de Santana do Livramento. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unipampa sob o registro CAAE nº 87973425.3. 0000. 5323, a coleta de dados foi realizada durante os meses de junho e julho de 2025. A partir desses dados, foram definidos indicadores binários de privação (0 = ausência de privação; 1 = presença de privação), organizados em dimensões relacionadas à infraestrutura, gestão e qualidade alimentar.

A aplicação do método seguiu três etapas principais. Primeiramente, procedeu-se à identificação das privações em cada indicador, com base em critérios previamente definidos a partir das condições observadas nos espaços analisados. Em seguida, estabeleceu-se uma linha de corte (k) para identificar os espaços considerados vulneráveis, com base no número mínimo de privações simultâneas. Por fim, foram calculadas as medidas sintéticas de privação, a saber: (i) a proporção de espaços solidários em situação de privação (H), (ii) o hiato médio de privação (A), que expressa a intensidade média das privações entre os espaços vulneráveis, e (iii) o Índice de Privação Sintético (IPS), resultante do produto entre H e A .

Os valores do IPS variam entre 0 e 1, sendo que valores mais próximos de 1 indicam maior nível de privação multidimensional. Essa métrica permite não apenas identificar a incidência da privação, mas também compreender sua profundidade, oferecendo uma visão integrada das condições enfrentadas pelos Espaços Solidários. Com base na literatura e nas especificidades empíricas do estudo, os indicadores foram organizados em três dimensões analíticas: infraestrutura, gestão e qualidade alimentar, conforme apresentado no Quadro 2.

Para a apresentação dos resultados, foram elaborados gráficos que evidenciam tanto as medidas sintéticas de privação (H , A e IPS) quanto a distribuição das privações por indicador, permitindo identificar as dimensões mais críticas. Essa abordagem possibilita uma análise detalhada das fragilidades estruturais e operacionais dos Espaços Solidários, contribuindo para o aprimoramento de estratégias de gestão e para o fortalecimento das políticas de segurança alimentar e nutricional em nível local.

Quadro 2. Dimensões e indicadores utilizados na análise das privações dos Espaços Solidários de Santana do Livramento/RS

Dimensões de Análise	Indicadores de Análise	Parâmetros de corte
(i) Infraestrutura	É comum alimentos estragarem por mau acondicionamento	Sim
	Há equipamentos preparo culinário estragados	Sim
	Há falta de equipamentos para o preparo dos alimentos	Sim
	O espaço para manipulação dos alimentos é suficiente	Não
	Há local seguro para o armazenamento dos alimentos	Não
	Os utensílios para manipulação dos alimentos são suficientes	Não
	Os utensílios disponíveis estão em boas condições	Não
	Os alimentos in natura chegam em boas condições para o preparo	Não
	Possui acesso à rede pública de fornecimento de água	Não
	Possui acesso à rede pública de fornecimento de luz	Não
	Possui acesso à rede pública de esgotamento	Não
	Possui equipamento de refrigeração eficiente	Não
	O espaço para preparo das refeições é sanitariamente adequado	Não
(ii) Gestão	Faltam cozinheiros e auxiliares para o preparo das refeições	Sim
	Existe reserva de valores para manutenção dos equipamentos	Não
	O custo da alimentação é estimado	Não
	Há responsável técnico pela elaboração do cardápio	Não
	Os fornecedores são irregulares na entrega dos insumos	Sim
	Os recursos financeiros são insuficientes	Sim
	É comum faltar insumos para a produção das refeições	Sim
	Existe regularidade no fornecimento de insumos	Não
	As compras de insumos são programadas com antecedência	Não
	O pagamento de energia elétrica é realizado sem atraso	Sim
	O pagamento das contas de água/esgotamento é realizado sem atraso	Não
	A cozinha conta com colaboração de equipe comprometida	Não
	A agenda de fornecimento de refeições é regular	Não
	Há diagnóstico do público atendido	Não
(iii) Qualidade alimentar	Há interação com agricultores da região	Não
	É comum a oferta de alimentos ultraprocessados	Sim
	Há dificuldades para ofertar cardápio nutricionalmente balanceado	Sim
	A oferta de frutas é regular no cardápio	Não
	A oferta de verduras e legumes é regular no cardápio	Não
	As preparações culinárias são adaptadas à sazonalidade agrícola	Não
	maior parte dos alimentos é proveniente da região	Não
	A oferta de algum tipo de proteína é regular	Não
	As preparações culinárias são diversificadas	Não

Fonte: Elaboração própria.

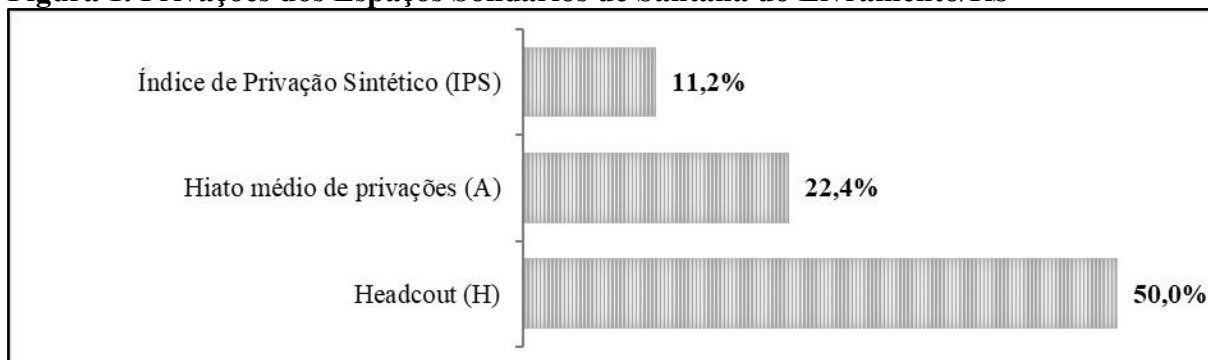
4. Resultados

Em Santana do Livramento os Espaços Solidários transcendem a função substancial de combate à insegurança alimentar, consolidando-se como equipamentos estratégicos de proteção social territorializada. Essas iniciativas que incluem Entidades, Cozinhas Solidárias e um Ponto Popular apresentam perfis heterogêneos quanto ao tempo de funcionamento, aos serviços ofertados, ao público atendido, à frequência de atuação.

O funcionamento dos Espaços Solidários é sustentado por distintas organizações da sociedade civil, em grande medida voluntária. Além do preparo e doações de refeições, os Espaços Solidários ofertam em paralelo uma série de atividades, predominantemente voltadas à infância e à juventude, com a oferta de atividades complementares à educação formal, tais como reforço escolar, oficinas de artesanato, inclusão digital, práticas esportivas e ações culturais. O tempo de funcionamento dos espaços solidários é heterogêneo, abrangendo desde iniciativas recentes, até instituições com trajetória superior a oito décadas (Troian; Maciel; Pavão, 2025).

A análise multidimensional das privações nos Espaços Solidários do município de Santana do Livramento evidenciam que a incidência da privação (H) atinge 50,0% das unidades analisadas, indicando que metade delas se encontra em situação de privação em múltiplas dimensões. O dado revela a existência de um padrão estrutural de privação, afastando a hipótese de problemas pontuais ou isolados. Contudo, a intensidade média das privações (A), estimada em 22,4%, demonstra que, embora numerosas, as privações não se manifestam de forma extrema na maioria dos casos, caracterizando um cenário de vulnerabilidade moderada. A figura 1 apresenta o H, A e IPS.

Figura 1. Privações dos Espaços Solidários de Santana do Livramento/RS



Fonte: Elaboração própria.

O Índice de Privação Sintético (IPS), calculado em 11,2%, resulta da combinação entre incidência e intensidade, conforme proposto por Alkire e Foster (2009). O valor sintetiza a condição geral dos Espaços Solidários, indicando que a vulnerabilidade observada é relevante, porém não crítica em termos absolutos. Em outras palavras, o sistema apresenta maior fragilidade em sua abrangência (número de unidades afetadas) do que em profundidade (grau extremo de privação).

A análise detalhada das dimensões de privação (Figura 2) permite identificar os principais fatores que estruturam essa vulnerabilidade. Destacam-se, com maior frequência, problemas relacionados ao mal acondicionamento de alimentos, à baixa interação com agricultores locais, à presença significativa de alimentos ultraprocessados, à insuficiência de recursos humanos e à ausência de planejamento financeiro e manutenção de equipamentos. Esses elementos evidenciam fragilidades em três eixos centrais: (i) infraestrutura e logística, (ii) gestão e planejamento, e (iii) qualidade nutricional da alimentação ofertada.

No eixo da infraestrutura, a ocorrência de perdas de alimentos e a utilização de equipamentos em condições inadequadas indicam limitações operacionais que comprometem a eficiência dos Espaços Solidários. No que se refere à gestão, a ausência de estimativas de custo, a irregularidade no fornecimento de insumos e a insuficiência de recursos financeiros apontam para déficits que impactam diretamente no desenvolvimento das atividades. Já no campo da qualidade alimentar, a presença de ultraprocessados e a dificuldade em garantir cardápios balanceados sugerem desafios na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Os Espaços Solidários, em grande medida funcionam a partir de voluntários que doam o tempo, e estendem as cozinhas das suas casas para produzir comida e entregar a pessoas em situação de insegurança alimentar no município. Além do mais, é praticamente impossível fazer gestão quando não se possui nenhuma fonte de renda e ou de alimentos garantida, depende de doações, da boa vontade dos doadores para poder fazer as refeições.

Por outro lado, observa-se que dimensões relacionadas à infraestrutura básica – como acesso à água, energia elétrica e saneamento – apresentam baixos níveis de privação, indicando que as condições mínimas de funcionamento estão, em grande parte, asseguradas. Isso reforça a interpretação de que os principais entraves não estão na ausência de estrutura física essencial, mas sim na gestão, organização e qualificação das atividades.

Em síntese, os resultados apontam que os Espaços Solidários de Santana do Livramento enfrentam um quadro de vulnerabilidade disseminada, porém de intensidade moderada, fortemente associado à gestão e organização operacional. Tal cenário sugere que

intervenções voltadas ao fortalecimento da gestão, à capacitação das equipes, ao aprimoramento do planejamento financeiro e à integração com sistemas alimentares locais – especialmente a agricultura familiar – podem gerar impactos significativos na redução das privações identificadas.

Figura 2. Recorrência das privações nos Espaços Solidários de SL/RS por indicador



Fonte: Elaboração própria.

O cenário identificado na pesquisa vem paulatinamente se alterando a partir de programas e políticas públicas. Nesse sentido, se destaca o Programa Cozinhas Solidárias, instituído pela Lei federal nº 14.628/2023 e regulamentado pelo Decreto nº 11.937/2024 e o decreto estadual nº 57.791/2024 que instituiu os Pontos Populares de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Os Espaços Solidários de Santana do Livramento, mediante o empenho do COMSEA, foram cadastrados nos programas de fomento - federais e estaduais - e no decorrer de 2025, onze deles receberam alimentos através dos Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Mesa Brasil (TROIAN; MACIEL; PAVÃO, 2025). Com relação ao programa estadual Pontos Populares de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, no ano de 2026 distribuirá alimentos para os dez Espaços Solidários de Santana do Livramento, num total de 28 toneladas, no decorrer de oito meses do programa.

5. Considerações finais

A desigualdade social e de renda do município de Santana do Livramento demanda políticas públicas, como o Programa Bolsa Família, e ações da sociedade civil no combate à insegurança alimentar. Diante do cenário de vulnerabilidades socioeconômicas exacerbadas, os Espaços Solidários são relevantes mecanismos na mitigação da fome. Na sua diversidade e heterogeneidade, oferecem refeições, alimentos e uma série de atividades vinculadas ao reforço escolar, ao convívio social, ao esporte e às atividades culturais.

No entanto, apesar da sua relevância, os Espaços Solidários municipais enfrentam uma série de desafios para a realização das suas atividades, sobretudo para a oferta de refeições regulares, nutritivas e saudáveis de forma a garantir a segurança alimentar e nutricional. Em grande medida, os desafios de regularidade e até na continuidade da oferta de refeições, depende da boa vontade e da solidariedade dos líderes das Cozinhas Solidárias e Pontos Populares e dos gestores das Entidades que necessitam de doações para a produção de comida.

A adaptação do método Alkire-Foster para estimar as privações dos Espaços Solidários permitiu identificar que 50% dos empreendimentos investigados encontram-se em situação de privação multidimensional, com intensidade média de privações de 22,4%, resultando em IPS de 11,2%. Essa realidade vem se alterando no momento em que o estado reconhece esses Espaços Solidários e cria mecanismos de apoio e fomento, como o Programa Cozinhas Solidárias, por exemplo. No entanto, em Santana do Livramento, os desafios para acessar as políticas públicas ainda são grandes, uma vez que apenas metade dos Espaços Solidários municipais teve o cadastro aprovado junto os órgãos federais e estaduais, ou seja,

parte significativa de espaços que produzem e ofertam refeições a quem tem fome segue depende de doações e que estas incluam alimentos oriundos da agricultura familiar local.

Os resultados da pesquisa reforçam a importância de políticas públicas na regularidade da oferta de alimentos saudáveis, nutritivos, garantindo, dessa forma, a segurança alimentar e nutricional em Santana do Livramento. Por outro, lado, demanda-se para além da existência de políticas, programas flexíveis e capacitação para que líderes e gestores de Espaços Solidários possam acessá-los.

Referências

AHMAD, B. M. K. S. **Desigualdade de renda: uma análise dos indicadores no município de Santana do Livramento/RS**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas), Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, 2023.

ALKIRE, S. S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty. In: BRAUN, J. et cols. **The poorest and hungry: assessment, analyses, and actions**. International Food Policy Research Institute, Washington, p. 77-90, 2009.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of Public Economics**, v.95, n. 7-8, p. 476-487, 2011.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, p. 12-20, 2003.

BELIK, W. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 19, n. 2, p. 94-110, 2012.

BELLO, E.; OLIVEIRA, F. A. DE; MASCARELLO, R. P. Cozinhas solidárias e direito à cidade: dos movimentos sociais à política pública, uma análise a partir da Cozinha da Lapa, Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico**, São Paulo, v.9, n. 17, p. 83-108. 2023.

BRAGA, C. L.; LIMA, C. C. Democracia alimentar para populações em vulnerabilidade social: o caso de cozinhas solidárias em Manaus, Amazonas. **Confins**, São Paulo, v. 63, 2024. <https://doi.org/10.4000/11wvo>.

BRASIL. Cozinhas solidárias: do povo para o povo. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Segurança Alimentar e Nutricional. Notícias**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2025/FEVEREIRO/cozinhas-solidarias-do-povo-para-o-povo>. Acesso em: 27 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 set. 2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. **Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14628.htm. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. Decreto nº 11.937, de 5 de março de 2024. **Regulamenta o Programa Cozinha Solidária**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11937.htm. Acesso em: 18 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa Cozinha Solidária**. [Recurso Eletrônico]. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cozinha-solidaria>. Acesso em: 15 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório do Programa Bolsa Família e Cadastro Único**. Sant'Ana do Livramento/RS. 2026. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 18 mar. 2026.

CARON, D.; RODRIGUES, A. C.; ISOPPO, R. S. Cozinhas solidárias e o inadiável na cidade. **Jornal da Universidade**, UFRGS, Porto Alegre, n. 194, 20 jun. 2024.

CRESWELL, J. D. **Projetos de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2021.

DAGNINO, R. **Tecnologia social**: contribuições conceituais e metodológicas. Campinas Grande: EDUEPB, 2014. 318 p. ISBN 978-85-7879-327-2

DIRANI, L. S.; BUONOMO, R. P. **Cozinhas solidárias do MTST e acesso à alimentação adequada e saudável**: um diagnóstico. 2023. [Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de graduação em Nutrição)]. Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2023.

FORMENTIN, C. N. Tragédia gaúcha e a ciência que resiste. **Revista Vincci**: Periódico Científico do UNISATC, Criciúma, SC, v.9, n. 1, p. 1–2, 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 57.791, de 6 de Setembro de 2024. **Institui, no âmbito do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, a Estratégia Estadual de Fomento dos Pontos Populares de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**. Porto Alegre, RS: Diário Oficial, 2024. Disponível em: <https://social.rs.gov.br/upload/arquivos/202410/01114713-decreto-n-57-791.pdf>. Acesso em 19 mar. 2026.

HAIR, J. JR et al. **Fundamentos de Pesquisa de Marketing**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

IAMAMOTO, M. O. et al. Análise das Cozinhas Solidárias nas regiões brasileiras: uma porta de entrada para Segurança Alimentar e Nutricional em territórios vulnerabilizados. **SciELO Preprints**, 2025. DOI: [10.1590/SciELOPreprints.11376](https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11376). Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/11376>. Acesso em: 6 abr. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. **Sant'Ana do Livramento**. 2026. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/panorama>. Acesso em 18 mar. 2026.

JESUS, J. G. de; HOFFMANN, R.; MIRANDA, S. H. G. de. Insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 62, n. 4, p. e281936, 2024.

LUCAS, L. T. **Caracterização do funcionamento das Cozinhas Comunitárias e Solidárias que atuam na região de Florianópolis/SC**. 2024. Residência Multiprofissional em Saúde da Família. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2024.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MALUF, R.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, SP, v. 4, p. 66-88, 1996.

MENEZES, G.; FEIJO, F. T. O contraste econômico entre as Metades Sul e Norte do Rio Grande do Sul: uma aplicação do modelo da base econômica. In: **Anais ... IV Encontro de Economia Gaúcha**, Porto Alegre, 29 e 30 de maio de 2008.

REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VIGISAN. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2022/maio/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2026.

RIZZOLO, A.; MADRUGA, S. W. Cozinhas solidárias, fome e comida: intersecções do comer em sociedade. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 14 de dez. de 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/intersecoes-do-comer-em-sociedade/>. Acesso em: 06 abr. mar. 2026.

SINGER, P. Economia solidária. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

SOARES, F. J. et al. Tecnologia social para a garantia da segurança alimentar nos centros urbanos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 30, p. e92673, 2025. DOI: 10.12660/cgpc.v30.92673. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/92673>. Acesso em: 6 abr. 2026.

TROIAN, A.; MACIEL, M. D. A.; ROSA, S. S. da. Redes baseadas na solidariedade - mapeamento das Cozinhas Solidárias em Santana do Livramento, Brasil. In: **Anais... do 63º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, Passo Fundo, RS, UPF, de 27 a 31 de jul. de 2025.

TROIAN, A.; MACIEL, M. D. A.; PAVÃO, D. C. Cozinhas Solidárias e agricultura familiar: estratégia de segurança alimentar e desenvolvimento rural em Santana do Livramento/RS, BRASIL In: **Anais...** do XI Congresso Internacional da Associação Portuguesa da Economia Agrária (APDEA), Lisboa de 22 a 24 de out. de 2025.